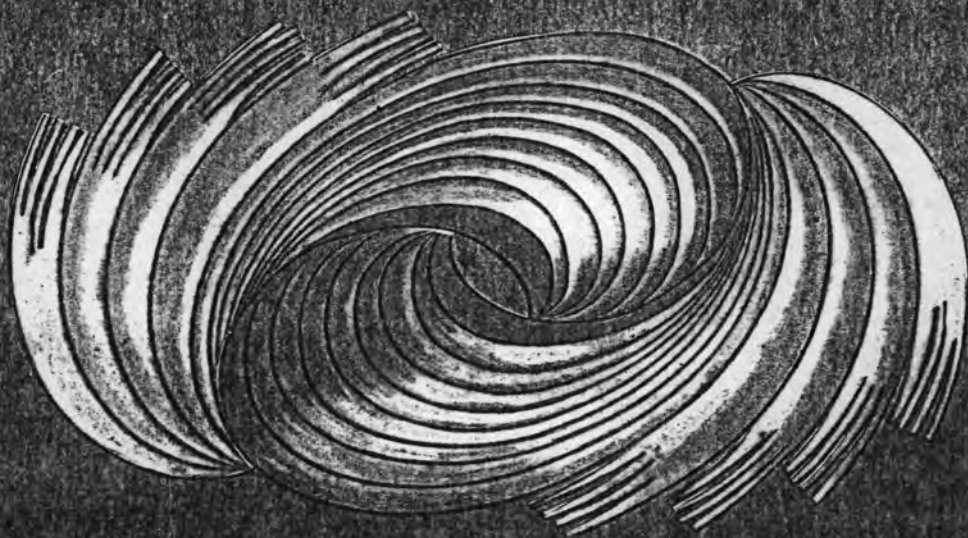


PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

IV PLANO DE FOMENTO



100



۱۰۰

1992

LEI N.º 8/73

(de 26 de Dezembro, sobre a organização
e execução do IV Plano de Fomento
para 1974-1979)

Flaminio

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte:

BASE I

O Governo organizará o IV Plano de Fomento para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 1974 e 31 de Dezembro de 1979 e promoverá a sua execução, de harmonia com o disposto na presente lei.

BASE II

1. O Plano constituirá instrumento basilar da política do Governo em matéria de desenvolvimento económico e de progresso social, tendo em vista a realização dos fins superiores da Comunidade, nomeadamente a formação de uma economia nacional no espaço português.

2. A concepção e a execução do Plano subordinar-se-ão aos princípios legais que garantem o respeito pela iniciativa privada e definem as funções do Estado na ordem económica e social.

BASE III

De acordo com as orientações enunciadas na base anterior, o Plano visará os seguintes grandes objectivos nacionais:

- a) Aceleração do ritmo e harmonização dos processos de desenvolvimento económico de todas as parcelas do território português,

sem prejuízo do equilíbrio financeiro, tendo em conta designadamente:

Os recursos naturais, humanos e de capitais disponíveis no espaço nacional e os diferentes estádios de desenvolvimento das suas parcelas;

A coordenação com o esforço de defesa;

- b) Promoção do progresso social da população portuguesa, em ordem ao fortalecimento da individualidade e coesão da comunidade nacional e à sua projecção no mundo.

BASE IV

1. Em conformidade com os objectivos gerais de desenvolvimento económico e progresso social, definidos na base III, o Plano, na parte referente aos Estados de Angola e Moçambique, deverá orientar-se para a consecução dos seguintes objectivos específicos:

- a) Aceleração do ritmo de crescimento da produção de bens e serviços, considerando, especialmente, a necessidade de:

Intensificar o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e o emprego efectivo da população activa;

Aumentar e diversificar as exportações de bens e serviços e incrementar as importações de capitais, principalmente para fins de investimentos directos, procurando assegurar o equilíbrio da balança geral de pagamentos externos;

- b) Promoção social da população, tendo em vista:

Corrigir os desequilíbrios sociais;

Melhorar a satisfação das necessidades sociais básicas.

2. Também de harmonia com os mencionados objectivos gerais, o Plano, para as províncias ultramarinas de governo simples, deverá orientar-se para a consecução dos seguintes objectivos específicos:

- a) Incremento da produção de bens e serviços, considerando, especialmente, a necessidade de:

Intensificar o aproveitamento das potencialidades de cada província, decorren-

tes das suas condições naturais e situação geográfica, e aumentar o emprego efectivo da população activa;
 Acrescer e diversificar as exportações de bens e serviços;

- b) Promoção social da população, tendo em vista:
 Corrigir os desequilíbrios sociais;
 Melhorar a satisfação das necessidades sociais básicas.

BASE V

1. O esforço de desenvolvimento económico e social dos territórios e da população do continente e das ilhas adjacentes visará os objectivos seguintes:

- a) Aceleração do crescimento económico, considerando especialmente a necessidade de:

Adequar a oferta interna de bens e serviços à procura global;
 Combater os factores de pressões inflacionárias, de modo a assegurar os equilíbrios fundamentais;
 Adaptar a economia aos condicionalismos decorrentes do processo de integração económica europeia;
 Aperfeiçoar a política do trabalho, promovendo, nomeadamente, o alargamento dos esquemas de formação profissional e a criação de novas oportunidades de emprego;

- b) Promoção do bem-estar e do progresso social, mediante:

Mais equitativa repartição dos rendimentos;
 Melhor satisfação das necessidades sociais básicas em educação e cultura, saúde, segurança social e habitação;

- c) Ordenamento do território e correcção dos desequilíbrios regionais, tendo em conta a valorização do factor humano e o aproveitamento das potencialidades naturais de cada região, nomeadamente nas áreas menos desenvolvidas.

2. Para consecução dos objectivos mencionados no número anterior, relativamente às ilhas adjacentes, serão considerados os condicionalismos específicos decorrentes da insularidade.

BASE VI

1. O Governo providenciará para que se realizem os objectivos referidos nas bases anteriores, adoptando as necessárias medidas de política económica, monetária, financeira e social e promovendo a efectivação dos empreendimentos e dos investimentos previstos no Plano, especificando, quanto a uns e outros, sempre que possível e aconselhável, os que devam considerar-se prioritários.

2. Dentro da mesma estratégia geral de desenvolvimento e independentemente das medidas de política e dos empreendimentos e investimentos programados, o Governo definirá outras actuações consideradas necessárias para atingir os objectivos indicados ou que se destinem, quer a corrigir flutuações conjunturais, quer a enfrentar situações novas decorrentes da evolução técnica, económica e social que possam surgir no decurso da execução do Plano.

BASE VII

1. Serão especificamente considerados no âmbito do Plano os seguintes aspectos:

- Projecções das principais variáveis macroeconómicas, gerais ou sectoriais;
- Relações económicas externas;
- Políticas de repartição de rendimentos, do trabalho e de promoção social;
- Política de financiamento;
- Política de modernização da administração pública.

2. As medidas de política e os investimentos concretamente previstos no Plano contemplarão os seguintes domínios:

a) De natureza social:

- Educação e cultura;
- Formação profissional;
- Saúde;
- Habitação e urbanização;

b) Produtivos e de infra-estrutura económica:

Agricultura, silvicultura e pecuária;
 Pesca;
 Indústria;
 Turismo;
 Transportes e comunicações;
 Energia;
 Circuitos de distribuição e defesa do consumidor;

c) De apoio à actividade económica e progresso social:

Investigação, desenvolvimento tecnológico, informação científica e técnica;
 Meteorologia.

3. O Plano ocupar-se-á, em capítulo próprio, da estratégia e das orientações fundamentais do ordenamento do território, definindo os correspondentes objectivos regionais e os domínios de actuação para o seu período de vigência.

4. Os aspectos e sectores indicados nos números anteriores serão tidos em conta, na parte do Plano correspondente às províncias ultramarinas, com as adaptações impostas pelo seu diferente estágio de desenvolvimento.

BASE VIII

1. Tendo em consideração os requisitos da política de ordenamento do território, e em ordem à progressiva correcção dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, será dada prioridade no Plano às actuações tendentes a promover:

- O fortalecimento e equilíbrio da rede urbana e da rede de apoio rural, com a finalidade de proporcionar às populações e às actividades produtivas os necessários equipamentos sociais e económicos, concentrados a distâncias adequadas;
- A expansão descentralizada da indústria e dos serviços, orientada para novos pólos de desenvolvimento e centros de crescimento urbano-industriais;
- A ocupação racional do espaço rural, visando a progressiva especialização das actividades

agro-pecuárias e florestais e as exigências do equilíbrio ecológico, da conservação do solo e da defesa do ambiente.

2. Os equipamentos económicos e sociais exigidos pela valorização das diversas áreas do território serão instalados atendendo à urgência de satisfazer as necessidades básicas das populações em matéria de educação e cultura, saúde, urbanização e habitação, abastecimentos de água e electricidade, saneamento, transportes e comunicações.

BASE IX

1. Na selecção dos investimentos procurar-se-á, sem prejuízo da obtenção de mais elevados níveis de produtividade, promover a realização de empreendimentos que melhor correspondam ao objectivo de utilizar no País a capacidade de trabalho dos Portugueses.

2. Nesta conformidade, o Governo adoptará as providências adequadas à valorização dos recursos humanos nacionais, mediante a rápida expansão e aperfeiçoamento do sistema educativo e a conveniente orientação da investigação científica e tecnológica.

BASE X

1. O Governo definirá uma política nacional de rendimentos e de preços e procederá à estruturação dos meios de apoio necessários à execução dessa política.

2. A política nacional de rendimentos será definida de harmonia com os objectivos da progressiva melhoria da posição do factor trabalho na distribuição funcional dos rendimentos e de mais equitativa repartição pessoal e regional dos frutos do desenvolvimento económico.

BASE XI

1. Além dos investimentos públicos, serão considerados investimentos do Plano os que, embora a realizar exclusivamente por empresas privadas, nele venham a ser incluídos, quer na sua formulação inicial ou em qualquer dos seus programas anuais, quer em resultado de decisões especiais do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos.

2. Os investimentos de empresas privadas, incluídos ou a incluir no Plano, beneficiarão do seguinte regime:

- a) Prioridade na concessão de crédito por institutos de crédito do Estado e por fundos públicos de carácter financeiro, e no acesso ao mercado de títulos nacional;
- b) Prioridade na concessão de avales, por parte do Estado, a operações de crédito interno ou externo, nos termos da legislação aplicável;
- c) Concessão de incentivos fiscais, nos termos da legislação aplicável;
- d) Garantia da disponibilidade de infra-estruturas de comunicações e de energia, de participação do Estado em acções de formação profissional e de outras vantagens e condições de bom funcionamento que ao sector público caiba proporcionar.

3. A concessão dos benefícios referidos no número anterior fica condicionada à observância, por parte das empresas privadas, das seguintes condições:

- a) Cumprimento do calendário dos trabalhos conducentes à efectiva realização dos investimentos programados;
- b) Prestação de informações periódicas sobre o desenvolvimento dos investimentos, que permitam avaliar a sua conformidade com os programas de execução aprovados;
- c) Sujeição a autorização prévia, pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, das alterações dos programas de investimento inicialmente aprovados que vierem a mostrar-se necessárias ou aconselháveis no decurso da sua execução;
- d) Oferta à subscrição pública de parte do capital social com que as empresas se constituam, ou dos aumentos desse capital, a definir para cada caso, quando se trate de sociedades anónimas, bem como sujeição dos títulos à cotação em bolsa de valores, se tal ainda se não tiver verificado;
- e) Outras condições, julgadas de interesse público, a fixar de acordo com a natureza e fins dos empreendimentos.

4. A inclusão de investimentos privados no Plano dependerá de acordos entre o Estado e as empresas que deverão realizar esses investimentos e dos quais constarão as respectivas características técnico-económicas, as diversas fases da sua execução, as formas e fontes dos recursos previstos para o seu financiamento, os benefícios concedidos pelo Estado e as obrigações assumidas pelas empresas.

5. Os empreendimentos industriais incluídos ou a incluir no Plano poderão beneficiar ainda dos demais incentivos previstos na legislação em vigor.

BASE XII

1. As fontes de recursos a mobilizar para o financiamento do Plano são as seguintes:

- a) Orçamento Geral do Estado;
- b) Orçamentos das províncias ultramarinas;
- c) Autarquias locais;
- d) Organismos de coordenação económica;
- e) Instituições de previdência social obrigatória;
- f) Fundos autónomos;
- g) Empresas e outras entidades públicas autónomas;
- h) Instituições de crédito e empresas seguradoras;
- i) Empresas privadas;
- j) Crédito interno de carácter privado;
- l) Crédito externo.

2. Para assegurar o financiamento do Plano, compete ao Governo promover a adequada mobilização de recursos financeiros, internos e externos, e, nomeadamente:

- a) Determinar a aplicação preferencial das disponibilidades do Tesouro e dos fundos e serviços autónomos aos objectivos e empreendimentos incluídos no Plano, sem prejuízo das suas finalidades específicas e das aplicações consignadas na lei;
- b) Realizar ou apoiar as indispensáveis operações de crédito, interno e externo;
- c) Coordenar as emissões de títulos e as operações de crédito, exigidas pelo desenvolvimento das actividades não incluídas expressamente no Plano, com as necessidades de capitais requeridas pela sua execução.

3. As dotações globais do Orçamento Geral do Estado, dos organismos de coordenação económica e dos fundos e serviços autónomos, para a execução do Plano, não poderão ser aplicadas sem a sua especificação em programas, devidamente aprovados e vi-sados.

BASE XIII

1. Caberá, ainda, ao Governo, em relação às províncias ultramarinas, providenciar sobre a obtenção de recursos financeiros a elas estranhos.

2. Compete aos órgãos próprios de cada província ultramarina a mobilização dos recursos locais para financiamento do Plano.

3. Os empréstimos serão colocados nas províncias, tomados directamente por empresas cujas actividades aí se desenvolvam, contraídos no continente e ilhas adjacentes ou concedidos pelo Tesouro àquelas províncias, nos termos da alínea f) do artigo 136.º da Constituição.

4. A assistência financeira do Governo às províncias ultramarinas assumirá a forma de empréstimos, subsídios reembolsáveis ou prestação de avales a operações de crédito, nos termos da legislação aplicável.

BASE XIV

1. A fim de assegurar a conveniente disponibilidade dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento económico nacional e, em especial, à realização dos empreendimentos previstos no Plano, o Governo tomará as medidas mais adequadas ao estímulo da formação de poupanças e à sua captação pelas instituições e mecanismos do mercado monetário e financeiro.

2. Serão também feitos os necessários ajustamentos nas regulamentações do mercado financeiro, de modo a canalizar, nas melhores condições, maiores volumes de disponibilidades para o financiamento do investimento.

BASE XV

1. Para melhor assegurar a execução do Plano, deverá ainda o Governo:

a) Acelerar a modernização da administração pública, designadamente no que se refere

aos processos de selecção do pessoal, à formação profissional dos funcionários, ao aperfeiçoamento de estruturas e métodos de trabalho dos serviços públicos e, de um modo geral, à melhoria da produtividade dos recursos humanos e materiais neles utilizados;

- b) Aperfeiçoar os sistemas de apoio técnico ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, revendo, nomeadamente, a orgânica dos serviços centrais de planeamento;
- c) Prosseguir no aperfeiçoamento do sistema estatístico nacional;
- d) Estimular e apoiar a modernização e o aumento de produtividade das empresas, mediante a prestação de assistência técnica, concessão de incentivos fiscais, facilidades de crédito e outras providências que se julguem apropriadas, para as tornar mais competitivas, apoiando a sua instalação, quer em parques industriais, quer em outros locais onde possam contribuir para o desenvolvimento geral;
- e) Promover a constituição ou o fortalecimento das empresas necessárias à realização dos empreendimentos e exercício de actividades com interesse para a consecução dos objectivos do Plano, quer através de participação do Estado no capital de empresas privadas, quer mediante a criação de empresas públicas;
- f) Favorecer a criação de sociedades de desenvolvimento regional.

2. O disposto nesta base será executado, no que for da sua competência, pelos órgãos das províncias ultramarinas.

BASE XVI

1. O Governo, para garantir as condições de estabilidade indispensáveis à boa execução do Plano, deverá aperfeiçoar os mecanismos de intervenção conjuntural, promovendo, nomeadamente, a criação dos adequados meios e instrumentos de análise da evolução da conjuntura económica.

2. As propostas de lei de autorização das receitas e despesas serão elaboradas pelo Governo em estreita correlação com as actuações respeitantes à execução anual do Plano.

BASE XVII

Em face dos resultados obtidos nos primeiros anos da sua execução, o Governo procederá à revisão do Plano para o 2.º triénio da sua vigência, cujos termos deverão ser aprovados pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos até 31 de Julho de 1976 e submetidos à Assembleia Nacional, que os apreciará até 15 de Dezembro do mesmo ano.

BASE XVIII

1. A programação trienal do Plano será desdobrada em programas anuais de execução, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos até 15 de Novembro do ano imediatamente anterior, a fim de que as suas linhas fundamentais possam ter expressão na proposta da Lei de Meios.

2. Dos programas anuais de execução do Plano deverão constar os empreendimentos a realizar nesse ano, os recursos financeiros que hão-de custeá-los e as fontes donde provirão, bem como as medidas de política económica, financeira e social a adoptar ao longo desse período.

3. Da execução de cada programa anual deverão ser elaborados e apresentados ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos relatórios referentes aos seguintes períodos:

- a) 1.º semestre — até 10 de Agosto;
- b) 3.º trimestre — até 10 de Novembro;
- c) Anual — até 30 de Maio do ano seguinte.

4. Deverão ainda ser elaborados e apresentados ao Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos:

- a) Relatório de execução no 1.º triénio — até 30 de Maio de 1977, que substituirá, nesse ano, o relatório previsto na alínea c) do número anterior;
- b) Relatório de execução do IV Plano de Fomento — até 30 de Setembro de 1980.

5. Os relatórios de execução anual, trienal e final serão submetidos à apreciação da Assembleia Nacional, em conjunto com as contas públicas dos anos correspondentes.

Carlos Monteiro do Amaral Netto.

Promulgada em 21 de Dezembro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Marcello Caetano.

IV PLANO DE FOMENTO

NOTA PRÉVIA

De harmonia com o disposto na Lei n.º 8/73, de 26 de Dezembro, o Governo, pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, procedeu à organização do IV Plano de Fomento, cujos volumes agora se publicam.

Ao aprovar o texto definitivo do Plano teve o Conselho em atenção os pareceres emitidos pela Câmara Corporativa sobre os projectos do IV Plano de Fomento e da proposta de lei correspondente, que lhe foram oportunamente submetidos, pareceres que foram objecto de atenta ponderação e estudo por parte do Governo e da orgânica de planeamento. Introduzidos que foram, no texto que agora se dá a público, os ajustamentos e alterações que o Governo aprovou, nem por isso deixarão de estar presentes, durante a execução do Plano, outras sugestões e votos formulados pela Câmara Corporativa nos seus pareceres, muitos dos quais, não tendo de traduzir-se em alterações de texto, constituem contributos extremamente valiosos e pertinentes para a maior eficácia da execução e para o sentido a imprimir à revisão que a Lei n.º 8/73 determina.

A versão definitiva do IV Plano de Fomento beneficiou, ainda, das apreciações feitas na Assembleia Nacional, durante o debate que conduziu à promulgação da Lei n.º 8/73.

INTRODUÇÃO GERAL

1. Ao apresentar à Nação mais um plano hexenal de fomento económico e social, cujas orientações básicas irão enquadrar o desenvolvimento do País até ao ano final da corrente década, convém fazer a sua ligação com a experiência de trabalho e de reflexão em que se situa e à qual vai dar continuidade. Não parecendo necessário caracterizar as sucessivas fases em que se desdobrou essa experiência, desde a Lei da Reconstituição Económica de 1935 até ao III Plano de Fomento para 1968-1973 — evolução descrita na introdução geral a este último —, importa, sim, sublinhar os aspectos em que o IV Plano traduz novos passos, tanto no sentido do aperfeiçoamento da concepção global e dos instrumentos de que se serviu, como no tocante à melhoria da capacidade executiva de que vai depender a sua realização. Assim, far-se-á referência especial ao enquadramento macroeconómico que serviu de base à escolha do padrão de desenvolvimento global que foi considerado, a um tempo, adequado e exequível para a economia metropolitana; ao aprofundamento das orientações adoptadas com vista ao melhor ordenamento territorial dos equipamentos sociais e das actividades económicas; ao início da consideração sistemática dos aspectos em que o fomento coordenado dos diferentes territórios requer que o estudo dos problemas e o delineamento das soluções seja feito no âmbito de todo o espaço nacional; à orgânica que serviu a preparação do Plano e vai promover a sua execução.

2. A escolha de um padrão de desenvolvimento global para a sociedade portuguesa é uma opção política cujo significado será tanto mais profundo quanto maior for o grau de desdobramento com que possam analisar-se as múltiplas implicações dos objectivos visados. Daí o grande interesse de que se reveste a disponibilidade de um modelo de simulação das evoluções tecnicamente viáveis, por internamente consistentes, a partir do qual se possam avaliar, ao nível dos diferentes sectores de actividade e dos aspectos de enquadramento geral da vida económica e social que ao Estado compete regular, as implicações — e a viabilidade prática — das alternativas formuladas.

O modelo que serviu de base à elaboração do IV Plano de Fomento, embora condicionado ainda por limitações de natureza estatística que só progressivamente é possível ir ultrapassando, marcou importante progresso metodológico relativamente às anteriores experiências, nomeadamente pelo tratamento dado às variáveis representativas da actividade do sector público da economia, do emprego, da produtividade e do consumo privado e pela associação com o equacionamento, em termos quantificados, da evolução demográfica. A repartição dos rendimentos foi, também, objecto de análise, embora ainda não formalmente integrada no modelo global.

Este aperfeiçoamento metodológico dos instrumentos de programação macroeconómica — processo contínuo de que a preparação do IV Plano apenas assinala mais um afloramento — permitiu que a discussão das alternativas possíveis se revestisse de outro conteúdo e consciencialização, fecundos não só quando foi possível medir, em termos económico-financeiros, as implicações de cada uma, como também nos casos em que se tornou aparente que a consecução de determinados objectivos não dependerá, apenas, da realização de acções mensuráveis.

Conseguiu-se, sobretudo, ao preparar o Plano, utilizar o modelo global de desenvolvimento como instrumento de reflexão ao nível dos sectores e dos domínios de natureza «horizontal» da política social e económica, o que lhe conferiu importância operacional relevante, distanciando-o da mera abstracção descomprometida, embora formalmente convincente.

Importa agora que, durante a execução, o esquema global de desenvolvimento adoptado permaneça como

orientação de referência constante para a condução da política económica e social e a realização dos programas em que se traduz.

3. Foi durante a execução do III Plano de Fomento que se completaram os estudos básicos sobre a distribuição, no continente, das actividades e da população — estudos que constituíram o relatório sobre o ordenamento do território, apresentado ao Governo em 1971, e cujas linhas gerais foram então aprovadas.

Prosseguiram, de então para cá, os estudos de aprofundamento e aplicação de uma orientação de longo prazo que está sendo gradativamente introduzida nas realizações práticas, nos esquemas institucionais e no funcionamento das administrações, central e local. Efectivamente, o relatório sobre o ordenamento do território passou a constituir, nas suas linhas mestras, instrumento orientador da política do Governo no domínio do desenvolvimento regional, o que no IV Plano se consagra expondo, em capítulo próprio, as directrizes fundamentais do ordenamento, os objectivos a visar durante a vigência do Plano e os domínios em que hão-de concentrar-se esforços e atenções. Esta ratificação formal de uma política vem a ser feita, assim, após alargado conhecimento e assimilação das razões em que se fundamenta e dos princípios que a estruturam, por parte da orgânica regional de planeamento, instituída também, durante a execução do III Plano de Fomento, pelo Decreto-Lei n.º 48 905, de 11 de Março de 1969.

Em matéria de tão profundas implicações sobre a evolução da fisionomia geoeconómica do País e sobre as formas de vida da sua população tem de caminhar-se com firmeza, mas também com prudência. Só assim se poderá contar com o contributo, primeiro, com a adesão, depois, dos que hão-de participar nas transformações necessárias, em ordem a que estas se processem dentro de um quadro normativo capaz de lhes maximizar os frutos em termos de bem-estar e de racionalidade económica.

4. O desenvolvimento conjugado dos diferentes territórios que integram a Nação requer a cuidadosa consideração e aproveitamento dos aspectos em que, de múltiplas formas, se manifestam relações de inter-

dependência e de complementaridade e, também, o estudo dos problemas de equilíbrio de interesses e de discussão de vantagens comparativas que sempre surgem ao equacionar conjuntamente as potencialidades e vocações económicas de cada parcela do todo nacional. Entendeu-se que a programação das acções de fomento a empreender durante o período do IV Plano deveria conceder a este tipo de questões uma importância acrescida, com o cuidado de não prejudicar a reconhecida urgência de estudar e intervir em alguns domínios, pela excessiva preocupação de um tratamento inteiramente compreensivo da vasta problemática da coordenação interterritorial. Deram-se, nesse sentido, os primeiros passos, de que o Plano se faz eco. Todavia, eles valem sobretudo como sinal de lançamento de um método de trabalho informador de decisões a desenvolver sistematicamente no futuro, como resposta e estímulo adequados ao adensamento das relações económicas interterritoriais — pedra de toque da progressiva vitalidade da Nação na sua expressão pluriterritorial.

5. A orgânica de planeamento metropolitana instituída pelos Decretos-Leis n.ºs 49 194, de 19 de Agosto de 1969, que determinou a criação de gabinetes de planeamento nos Ministérios e Secretarias de Estado com responsabilidades na preparação e execução dos planos de fomento, e 49 132, de 18 de Julho de 1969, que regulou a criação de comissões consultivas de planeamento e de grupos de trabalho, e ainda pelo diploma, já referido, que criou as comissões de planeamento regional, teve, na preparação do IV Plano de Fomento, a sua primeira experiência de planeamento a médio prazo, após ter dado contributo na preparação e execução dos últimos programas anuais do III Plano.

As dificuldades iniciais de funcionamento que naturalmente ocorrem quando se introduzem substanciais modificações orgânicas, como as realizadas através dos diplomas referidos, não estavam inteiramente ultrapassadas quando foi necessário chamar os novos organismos a colaborar na preparação do IV Plano. Tal circunstância acentuou, naturalmente, o peso das tarefas que lhes foram distribuídas, fazendo parecer exíguos e de difícil cumprimento os prazos que a programação de tarefas inicial fixara. Se é certo não

ter sido possível, em consequência, aprofundar quanto se desejaria as fases de convergência e inter-relação dos diferentes contributos, em nível pré-ministerial, é também inegável que se confirmaram as potencialidades da actual estrutura quanto a alguns dos objectivos fundamentais que, através dela, se visaram. Com efeito, pôde contar-se, pela primeira vez, com relatórios provenientes de órgãos regionais de planeamento, cujo interesse e validade excederam, de longe, os resultados normalmente esperados de um primeiro ensaio. Acresce que essas contribuições, prestadas em duas fases — preliminar e de propostas — tiveram ampla divulgação e apreciação a nível regional, constituindo assim valiosa experiência de reflexão participada e poderoso veículo para a formação de uma consciência alargada sobre o que, em matéria social e económica, deve entender-se por regionalização.

A consideração e o aproveitamento possível das propostas formuladas, entretanto, foram realizados ao nível dos gabinetes de planeamento, através da sistemática — e recíproca — distribuição dos relatórios preparados e dos contactos directos assim suscitados. Este cruzamento das ópticas regional e sectorial, o considerável acréscimo de informação das regiões que assim se carreu para os órgãos de planeamento e execução, a intensificação, sobre bases concretas e tecnicamente informadas, dos contactos entre a Administração Central e os interesses regionais ficarão como aquisições das mais positivas que a preparação do IV Plano tornou possíveis.

Por outro lado, o Governo, ao tomar as decisões fundamentais sobre o relatório geral preparatório do Plano, e os órgãos centrais de planeamento, ao programarem as acções concretas a realizar, puderam contar com o apoio extremamente valioso e largamente representativo que lhes foi dado através dos pareceres das comissões de planeamento, órgãos consultivos do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho. Estas comissões, que iniciaram o seu funcionamento precisamente com a apreciação daquele relatório, confirmaram-se como órgãos adequados para trazer à colaboração, na discussão das grandes opções postas pelo desenvolvimento do País, largos sectores de opinião e competências individuais que muito enriquecem e qualificam o trabalho técnico sobre o qual são chamados a pronunciar-se.

A experiência vivida com a preparação do IV Plano revelou, no entanto, haver necessidade de alguns aperfeiçoamentos da actual orgânica de planeamento — com prioridades para o acréscimo de eficiência na programação concreta de investimentos e outras acções de fomento a nível sectorial e para o aperfeiçoamento das ligações — entre o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e os órgãos departamentais de planeamento, por um lado, e entre estes e os serviços executores, por outro.

6. Dirigido a uma economia de mercado, embora com importantes sectores de infra-estrutura comandados pelo Estado, o IV Plano de Fomento, como os que o precederam, depende, para a consecução dos objectivos que visa, da actuação da iniciativa privada. É característica cuja clara evidência por vezes se dilui ante o natural desenvolvimento que, nos relatórios dos planos, assume a programação das acções cometidas aos órgãos executivos da administração pública relativamente aos quais essa programação assume um grau de pormenor em correspondência com o compromisso imperativo que significa.

Pretende-se, entretanto, que o IV Plano constitua um quadro de referência porventura mais claro e eficaz para os empresários privados do que os dois planos anteriores terão conseguido, pelo carácter excessivamente genérico das indicações que continham e dos instrumentos que facultavam.

É relativamente a todo o sector das actividades industriais que o problema mais nitidamente se põe. A Lei de Fomento Industrial, com cuja regulamentação a execução do Plano vai poder contar, proporcionará a maior parte do elenco de instrumentos de orientação, apoio e estímulo, tendentes a encaminhar a iniciativa privada segundo as vias que, no próprio Plano, se consideram de prioritário interesse.

Entretanto, também os esquemas de incentivo ao desenvolvimento regional e ao melhor ordenamento territorial das actividades constituirão outras tantas indicações valiosas para os empresários que desejem conformar as suas iniciativas com as orientações que se consideram mais consentâneas com o interesse geral.

A inserção de projectos privados nos programas anuais de execução do IV Plano ratificará o interesse

de que se revistam e constituirá título eficaz para que mereçam, por parte dos órgãos da administração pública ou dos institutos do Estado que hajam de contribuir para a sua efectivação, o tratamento prioritário e rápido que a sua cuidada preparação justifique.

Prosseguir-se-á, ainda, na aplicação aperfeiçoada dos esquemas especiais de apoio e incentivo que vêm sendo praticados para outros sectores de actividade — nomeadamente a agricultura, a pesca, o turismo e a marinha de comércio — e dar-se-á significativo impulso a outras acções que, dependendo em larga medida do sector público, à actividade privada se dirigem: são exemplares os casos da investigação científica e técnica e do desenvolvimento tecnológico, da formação profissional, do apoio e fomento das exportações, das acções tendentes à melhoria da produtividade.

Entretanto, e bem para lá dos instrumentos concretos por intermédio dos quais os empresários privados poderão encontrar determinadas vantagens em orientar as suas iniciativas de acordo com as linhas de força que se definem como de maior interesse, importa, sobretudo, que o Plano actue como esclarecimento de uma política económica global de intenção expansionista e modernizadora. A tradução prática desta política constitui, simultaneamente, um desafio e um estímulo ao sector privado da economia, sector cuja prosperidade se visa, como elemento basilar que é na elevação dos teores de vida da população portuguesa. Ao frisar-se de novo a maneira decisiva como a consecução dos objectivos globais do Plano depende do comportamento da iniciativa privada, faz-se não apenas um apelo a um agente fundamental do progresso social económico, mas também a estimuladora antecipação de como podem ser compensadores o espírito de empresa consciente das exigências da época actual e a lúcida gestão dos recursos a mobilizar pelos investidores privados.

7. No que respeita às províncias ultramarinas portuguesas, a preparação do IV Plano de Fomento ratificou, com acrescidas razões, a orientação já seguida no Plano anterior de distinguir entre os Estados de Angola e de Moçambique e as províncias de governo simples. Para os primeiros, o considerável reforço dos seus serviços de planeamento e a própria evolução

administrativa constitucionalmente consagrada levaram, naturalmente, a descentralizar os trabalhos preparatórios, atenuando sensivelmente a preocupação — em larga medida artificial — de conformar os planos provinciais a um figurino semelhante ao adoptado para a parte europeia do País. Esta adaptação dos planos provinciais às realidades sócio-económicas específicas de cada território foi, aliás, preocupação extensiva às províncias de governo simples, embora estas tenham de contar com assistência técnica sensivelmente mais intensa por parte dos serviços do Ministério do Ultramar.

Orientações comuns que se procurou observar foram a de selectividade dos domínios a trabalhar prioritariamente, em obediência a uma preocupação de melhor produtividade dos recursos financeiros e humanos mobilizáveis — nunca bastantes para responder em prazos muito curtos às enormes potencialidades de desenvolvimento que se vêm manifestando no ultramar português — e, também, a de aperfeiçoamento da programação concreta e de asseguramento da mais conveniente utilização dos recursos aplicados pelo sector público em acções de fomento.

Não seria avisado esperar que directrizes relativamente inovadoras viessem a prevalecer inteiramente sobre uma tradição de trabalho que vem já do Plano Intercalar, para o período de 1965-1967. Os resultados obtidos na fase de preparação do IV Plano de Fomento traduzem, porém, de forma eloquente, a receptividade com que os princípios informadores daquelas orientações foram recebidos pelas províncias e testemunham que eles vão ao encontro das reais necessidades e das características próprias do estágio de desenvolvimento por que passam os territórios do ultramar. A execução e revisão do IV Plano poderão, assim, ratificar, aprofundando-as, as orientações e os métodos de trabalho agora iniciados.

8. De acordo com as orientações que o Governo aprovou no início dos trabalhos preparatórios do Plano, foram envidados todos os esforços para definir com clareza, nos diversos níveis e sectores em que se desdobravam os trabalhos, os domínios e os problemas sobre os quais importava, com base no conhecimento objectivo da situação actual, tomar posição e definir opções para o prosseguimento de uma polí-

tica de médio prazo esclarecida e coerente. Os programas de actuação propriamente ditos — de investimentos, de providências legislativas e outras acções de fomento — haveriam de claramente articular-se com aquela definição prévia de um pensamento e de uma estratégia de actuação. Este tomo do IV Plano de Fomento contém, precisamente, a exposição dessas orientações fundamentais a prosseguir na metrópole durante o período de execução do Plano, concretizada, sempre que possível, em objectivos definidos e completada com a síntese dos investimentos previstos.

Ratificado o princípio da revisão do Plano para o 2.º triénio da sua vigência, a programação pormenorizada dos investimentos e das outras acções de fomento far-se-á apenas para o período de 1974-1976. Para cada uma das províncias ultramarinas seguiu-se o mesmo critério de arrumação das matérias.

9. Preparado com larga convergência de esforços e de participações, por parte dos órgãos da administração pública e das representações do sector privado, que a orgânica de planeamento mobilizou e integrou, o IV Plano de Fomento assinala e delineia mais uma fase de progresso colectivo em que a comunidade portuguesa se vai empenhar, reflectida e voluntariamente. Irá o IV Plano vigorar durante um período que pode considerar-se decisivo para o futuro da Nação portuguesa, pois durante ele se há-de definir e explicitar a maneira como o País responderá, nos domínios do social e do económico, a modificações de contexto, externo e interno, que são já irreversíveis e que foram assumidas. Com o IV Plano de Fomento exprime o Governo a clara determinação política de encaminhar a sociedade portuguesa para o futuro que merece. Para tal, continuará a contar com a vontade, a capacidade anímica e o esforçado empenho de um povo que tem sabido e está sabendo fazer frente, sem medir os sacrifícios, a reptos bem mais árduos e a dificuldades bem mais dolorosas. O progresso e a expansão que o IV Plano prefigura constituirão, a um tempo, justificação e recompensa para os esforços despendidos, motivação e norte para os que continuarão a requerer-se.